



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na pauta prevista para a apreciação do plenário da Câmara, nesta semana, não há nenhum Projeto de Lei que tanja diretamente a Amazônia.

SENADO FEDERAL

- A pauta de votação do plenário do Senado ainda não foi divulgada. Há indicativos, no entanto, de que o PLP 235/2019, que cria o Sistema Nacional de Educação (SNE), de autoria do Sen. Dário Berger (MDB-SC) deverá constar na ordem do dia.

- O PLS 276/2016, que altera a Lei 13.260/2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como *atos de terrorismo*, constou na pauta do plenário na semana passada, mas, graças a um acordo, foi retirado. A previsão é realizar uma audiência de debate e depois retomar a votação. Esse PL merece atenção, pois, pode criminalizar atividades dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade como atos terroristas.

OUTROS INFORMES

Pauta prioritária do Governo Federal

O Governo Federal publicou uma portaria (667/2022), no dia 09/02, na qual apresentou sua pauta de projetos prioritários para serem votados na Câmara e no Senado no decorrer do ano. Entre os PLs listados, constam:

- PL 591/202 – Privatização dos Correios (Senado);
- PL 490/2007 – Marco temporal para terras indígenas (Câmara);
- PL 4847/2019 - que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Senado);
- PL 3729/2004 – Licenciamento ambiental (Senado);
- PL 6539/2019 – que institui a Política Nacional e o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde (Câmara);
- PL 528/2021 – regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (Câmara);
- PL 5518/2020 – altera a Lei 11.284/2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais (Câmara);
- PL 6438/2019 – amplia o número de categorias profissionais que possam ter porte de arma (Câmara);
- PL 3723/2019 – que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Senado);
- PEC 115/2015 – altera redação do art. 228 da Constituição Federal para reduzir a Maioridade Penal (Senado);
- PLS 510/2021 e PL 2633/2020 – que dispõe sobre a regularização fundiária: os PLs da Grilagem (Senado);
- PL 191/2020 – que permite mineração em Terras Indígenas (Câmara);

Pauta do presidente da Câmara dos Deputados

Além da pauta do Governo Federal, vale ressaltar que o presidente da câmara, Arthur Lira (PP-AL), também tem

seus temas prioritários. Entre eles figuram: os jogos de azar (PL 442/1991) e o debate anunciado sobre o semipresidencialismo.

A Câmara aprovou o Pacote do Veneno

O PL 6299/2002, de autoria do, à época, senador Blairo Maggi (PPS-MT), foi aprovado, na sessão do dia 09/02. 301 deputados votaram a favor e 150 contra. Agora, o projeto retorna ao Senado para a análise do novo parecer. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que o PL irá tramitar nas comissões. Houve intensa mobilização da sociedade civil contrária à aprovação do projeto. Os principais órgãos do governo (Anvisa, Ibama, Fiocruz, MPF) também têm diversas críticas ao texto aprovado. Os pontos mais controversos são: a substituição do termo “agrotóxico” por “pesticida” e “produtos de controle ambiental”; a vedação da importação e produção de agrotóxicos ficara restrita aos casos descritos como “riscos inaceitáveis” – uma tradução generalista para cancerígenos, teratogênicos e mutagênicos; maior poder ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, que se tornaria o órgão responsável pelo registro dos agrotóxicos; permanece o registro eterno de agrotóxicos no Brasil somada à restrição a reavaliação e a ocorrência de avisos de órgãos internacionais; delimitação de prazos rápidos para que os órgãos federais registrem os agrotóxicos; dispensa de registro de agrotóxico produzido no Brasil com fins à exportação; autorização da mistura em tanque de agrotóxicos e prescrição de receituário ANTES da ocorrência da praga; omissão em relação à propaganda de agrotóxicos; limita competência legislativa de Estados e Municípios.

Governo Federal editou 02 decretos para flexibilizar a atividade garimpeira.

- O Decreto 10.965/2022 altera o Decreto 9.406/2018 para que a Agência Nacional de Mineração possa simplificar e flexibilizar processos de liberação a empreendimentos de pequeno porte de modo a diminuir a responsabilidade do empreendedor sobre a atividade mineradora.
- O decreto 10.966/2022 institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Um incentivo à “Mineração artesanal”.

Lei antiterrorismo

O Dep. Major Vitor Hugo (PSL-GO) está colhendo assinaturas para um novo requerimento a fim de solicitar urgência ao PL 1595/2019 que altera a legislação sobre terrorismo e cria um Polícia Política ligada à Presidência da República. No final de 2021, o deputado conseguiu que outro requerimento fosse apreciado no plenário, mas, acabou derrotado na votação. Assim como o PLS 276/2016, merece atenção, pois, pode criminalizar atividades dos movimentos sociais e grupos organizados da sociedade como atos terroristas.